

Reparação



Foto: Arlane Silva

QUILOMBO DA PONTINHA: A FORÇA DO COLETIVO

Comunidade quilombola encara a realidade da reparação unida e mantendo vivas suas tradições **página 12**

ANEXO 1.1

Linhas de crédito e microcrédito são disponibilizadas na Região 3
páginas 4 e 5

SOCIOAMBIENTAL

Programa de Educação Ambiental avança sob críticas das pessoas atingidas
páginas 6 e 7

PERÍCIAS TÉCNICAS

Pesquisa da UFMG sobre os danos na Região 3 é homologada, apesar dos protestos da Vale
página 9

Editorial

Marília Andrade

Coordenadora Geral da ATI

Esta edição do Reparação traz notícias da atuação do Nacab no Plano do Processo – ou seja, no conjunto de ações relativas à reparação que não foram contempladas pelo Acordo. Estamos acompanhando o andamento dos Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), que seguem atrasados, e recebemos com satisfação a notícia de que a Chamada 3 – estudo da UFMG que faz um retrato socioeconômico da Bacia do Paraopeba após o rompimento – foi, enfim, homologada e considerada apta como

instrumento técnico-científico no processo do desastre-crime.

Além disso, trazemos atualizações sobre o Anexo 1.1, que já entrou na Segunda Onda de projetos e iniciou o programa de Crédito e Microcrédito, e sobre os cursos para Povos e Comunidades Tradicionais do Anexo 1.3, que vêm acontecendo em vários municípios da Região 3. O impasse sobre a continuidade do Novo Auxílio Emergencial (NAE), objeto de muita contestação judicial por parte da Vale, e de muita preocupação por parte das pessoas que sofrem com a falta de água, recursos e oportunidades nas áreas atingidas.

A Reparação Socioambiental é, mais uma vez, um dos temas

centrais da edição: um programa de educação ambiental na Bacia do Paraopeba, promovido pela mineradora que explora os recursos naturais da região, é alvo de protestos. Ainda que o programa esteja previsto no Acordo, a falta de participação das pessoas atingidas e o descolamento dos seus conteúdos em relação à realidade das comunidades são os principais motivos das críticas.

Por fim, falamos um pouco sobre a multiplicidade cultural do Quilombo da Pontinha, em Paraopeba. A comunidade tradicional vem demonstrando união e força coletiva em eventos e festivais populares, como o Pontinha do Sabor e a Cavalcada da Independência Comunidade Quilombola.



Maria Silma Soares da Silva, da comunidade atingida de Pindaibas, Pequi (MG), participa do Balaio de Saberes.

Foi realizado na Universidade Federal de Viçosa, campus Florestal, o 10º Balaio de Saberes. Com a temática 'Lixo Zero: em defesa da vida, das mulheres e do território', o evento contou com a participação do Nacab e de pessoas atingidas da Região 3, proporcionando um dia repleto de atrações, como rodas de conversa, feira de produtos agroecológicos, trocas de sementes e apresentações culturais.

Novo Auxílio Emergencial

Pessoas atingidas seguem recebendo auxílio emergencial de forma provisória: até quando?

Derrotas parciais não abalam a Vale, que continua tentando se livrar do NAE

Nas redes sociais da ATI Paraopeba Nacab, bem como nos diversos grupos de WhatsApp envolvendo comissões de pessoas atingidas, são constantes as perguntas sobre a continuidade ou não do Novo Auxílio Emergencial, o NAE. As respostas dadas pela Assessoria costumam ser mais ou menos as mesmas: “para o próximo mês, o NAE está garantido, o juiz já até ordenou que a Vale deposite o valor correspondente para o pagamento. Para os meses seguintes, ainda não se sabe.”

Diante das incertezas com relação ao andamento do processo que tenta garantir, em definitivo, o pagamento às pessoas atingidas até que elas restabeleçam condições de vida ao menos iguais às daquelas que tinham antes do rompimento, essa é a resposta possível.

A metodologia segue normas de agências regulamentadoras, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organi-

zação Mundial da Saúde (OMS), além de diretrizes para avaliar e comparar resultados para atender padrões de segurança, em relação a contaminantes na cadeia produtiva local.

■ Entenda

O Novo Auxílio Emergencial começou a ser pago, via decisão judicial, em março deste ano, após pedido de liminar constante da Ação Civil Pública (ACP) movida por três entidades civis que representam as pessoas atingidas da Bacia. O início dos pagamentos se deu por meio de tutela de urgência, medida que permite ao juiz garantir provisoriamente uma decisão antes do fim do processo, protegendo, assim, um direito que corre risco de dano grave devido ao tempo de tramitação.

De lá para cá, a Vale vem tentando, de diferentes maneiras, barrar a continuidade do auxílio. O atual relator do processo do rompimento, desembargador Márcio Idalmo Miranda, negou, no fim de

agosto, mais dois recursos da mineradora, demonstrando, por ora, um entendimento alinhado ao de seu antecessor, desembargador Leite Praça, sobre a legitimidade do pagamento do NAE.

Mas seguem tramitando ações, tanto no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) quanto nas instâncias superiores, em Brasília, pedindo a suspensão ou o fim do auxílio. Essa movimentação judicial serve para atrasar a sentença final, que deve ser dada pelo juiz Murilo Sílvio de Abreu, do TJMG.

É um consenso que as condições financeiras das pessoas atingidas do Paraopeba continuam comprometidas em razão do desastre-crime – e essa percepção é compartilhada até pela Vale, que evidencia em suas comunicações ao público que o processo de reparação precisa continuar acontecendo. E é esse consenso que mantém acesa a esperança de que a justiça seja, enfim, feita na Bacia do Paraopeba, ao menos no que se refere ao auxílio emergencial.



A Vale nega o óbvio: as diversas manifestações de rua ao longo do ano evidenciam que as pessoas necessitam do Auxílio Emergencial

SIGA O NACAB NAS REDES!

YouTube Facebook Instagram @nacabmg



www.nacab.org.br

Assessoria Técnica Independente PARA OPEBA

NACAB
NÚCLEO DE APOIO
AS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

Rua Santo Antônio, 30, Apto. 2. João Braz - Viçosa, MG
E-mail: contato@nacab.org.br

Coordenadora-Geral: Marília Andrade Fontes

Coordenação Geral: Alexandre Chumbinho, Marília Andrade, Marluce de Souza Abduane

Gerente Administrativo Financeira:

Marluce de Souza Abduane

Gerente Jurídico: Alexandre Chumbinho

Gerente de Comunicação: Fabiano Azevedo

Jornal Reparação

ISSN 2764-1996

Editor: Fabiano Azevedo

Revisão: Marcos Oliveira

Textos: Ariane Silva, Ester Louback, Fabiano Azevedo, Marcos Oliveira, Marília Andrade Fontes, PH Reinaux
Projeto Gráfico e ilustrações: Letícia Uematu

Assessoria Técnica Independente Paraopeba - Escritórios

Belo Horizonte: R. Bueno Brandão, 351, Santa Tereza

Paraopeba: Av. Dom Cirilo, 609, Canaã

Pará de Minas: Avenida Minas Gerais, 413, São José

Esmeraldas: Rua Senador Melo Viana, 158, 2º andar, Centro

Anexo 1.1

Ariane Silva

Linhas de crédito e microcrédito são disponibilizadas na Região 3

Acesso aos recursos já começou: linhas de crédito de até R\$ 50 mil vão ajudar pessoas atingidas a quitar dívidas e avançar projetos

Foto: Ester Louback



Durante encontro em Sete Lagoas (MG), no mês de maio, Entidade Gestora apresentou as linhas de crédito e microcrédito para a Região

A Entidade Gestora (EG) do Anexo 1.1 liberou, no dia 27/08, as linhas de crédito e microcrédito aprovadas pela Governança Popular da Região 3, após realizar formação em Educação Financeira com as conselheiras e conselheiros da região.

A capacitação, que abordou organização financeira, consumo consciente e finanças de atividades produtivas, teve o objetivo de garantir o acesso informado ao crédito e reduzir o risco de endividamento.

A EG também divulgou uma cartilha com informações sobre como solicitar os empréstimos.



Acesse a cartilha pelo QR Code



LINHAS FORAM DEFINIDAS PELO CONSELHO E PELO SETOR REGIONAL



Ao todo, **foram aprovadas oito linhas**, voltadas a produtores e trabalhadores rurais, empreendedores, pessoas físicas, pessoas jurídicas e integrantes de Povos e Comunidades Tradicionais.

CONSELHO REGIONAL

- 01 Crédito Produtivo Empreendedorismo;
- 02 Crédito Produtivo Capital de Giro;
- 03 Microcrédito Pessoal, de uso livre;
- 04 Microcrédito Desenrola, destinado à quitação de dívidas;
- 05 Microcrédito Empreendedorismo, incluindo investimento e capital de giro.

SETOR REGIONAL

- 01 Microcrédito Produtivo e Investimento;
- 02 Microcrédito Não Produtivo, para uso livre;
- 03 Microcrédito Construção



- Taxa de juros reduzida
- Descontos para pagamento antecipado das parcelas

MICROCRÉDITO



CRÉDITO

De **R\$ 10 MIL** a **R\$ 20 MIL**

Até **R\$ 50 MIL**

Um banco construído pela própria comunidade

Eleonora Mol, do Instituto E-Dinheiro Brasil, destacou o papel que o banco comunitário pode desempenhar no processo reparatório. “O banco comunitário acredita muito no potencial das comunidades e do ser humano de criar soluções para esses problemas. Soluções coletivas”, afirmou ela, que defende que o acesso ao crédito deve ser acompanhado pela participação das pessoas e pela construção conjunta de projetos. “Tem que ser realmente um projeto humanitário, um projeto

de desenvolvimento construído de forma coletiva”, disse.

De acordo com a coordenadora, cada comunidade foi afetada de maneira diferente pelo rompimento da barragem e, por isso, também pode construir respostas específicas para suas necessidades.

“Cada comunidade teve o seu dano. Os danos também não são iguais, não são os mesmos. Cada uma teve a sua dificuldade. E cada um desses danos pode efetivamente construir coisas diferenciadas”, afirmou.



“O banco comunitário acredita muito no potencial das comunidades e do ser humano de criar soluções para esses problemas. Soluções coletivas

Eleonora Mol
Coordenadora local do Instituto E-Dinheiro Brasil

Segunda onda de projetos entra em preparação na Região 3

A Região 3 iniciou a Segunda Onda de Projetos do Anexo 1.1. A nova etapa receberá o percentual restante dos recursos da fase-piloto, e deverá incluir propostas que contemplam novos projetos e também a complementação de projetos selecionados para a Primeira Onda.

Para discutir essas iniciativas, o Nacab realiza reuniões comunitárias e atividades de planejamento com pessoas atingidas dos municípios da região, antecipando as reuniões com a Entidade Gestora que serão realizadas em seguida.



Representantes do Conselho e Setor na formação sobre Bancos Comunitários, em setembro

Foto: Ester Louback

Novidades no pedido de remuneração para quem atua nos Setores e Conselhos

O pedido de remuneração das pessoas atingidas que atuam nas instâncias da Governança do Anexo 1.1 avançou. O juiz Murilo Sílvia de Abreu determinou, dia 15/09, que as Instituições de Justiça se manifestem, em até 10 dias úteis, sobre a solicitação apresentada em agosto pela Entidade Gestora (EG). Depois disso, o juiz poderá decidir sobre a solicitação.

A reivindicação vem sendo construída pelas próprias pessoas atingidas que participam da Governança do Anexo 1.1. Integrantes de Comissões e Setores locais e regionais, bem como a Rede da R3, apontam que participar exige tempo e dedicação, com impactos sobre atividades de subsistência e sobre a rotina de vida.

A ATI Paraopeba Nacab já produziu estudos técnicos que fundamentam o reconhecimento da legitimidade desta reivindicação.

A manifestação das Instituições de Justiça será, portanto, uma nova etapa do processo, mas é importante esclarecer que ainda não há decisão judicial que autorize a remuneração.



Reparação Socioambiental

Fabiano Azevedo

Programa de educação ambiental avança, mas participação das pessoas atingidas segue limitada

PEABP entra em nova etapa após consulta pública criticada por priorizar área urbana e não alcançar os territórios atingidos

O Programa de Educação Ambiental de Brumadinho e Bacia do Rio Paraopeba (PEABP) avançou para uma nova etapa, mas uma questão levantada desde sua implementação continua sem resposta: qual será a participação efetiva das comunidades na definição das ações?

Executado pela Vale como obrigação de fazer, no âmbito do Anexo 2.1 do Acordo de Reparação, o programa custará cerca de R\$ 243 milhões e deve seguir até 2031. Já de início, a execução de um programa de educação ambiental pela mineradora responsável pelo rompimento da barragem em Brumadinho foi motivo de críticas nos territórios, conforme o Nacab noticiou.

Segundo a auditoria da AECOM, as etapas iniciais do programa – a articulação com as prefeituras e a consulta pública feita junto às pessoas dos 26 municí-

plos atingidos – foram concluídas.

A consulta ocorreu em pontos considerados estratégicos nos municípios, com prioridade para áreas urbanas – uma escolha que reforça outra crítica apresentada por pessoas atingidas desde as primeiras etapas do PEABP: as comunidades que convivem diretamente com os danos do rompimento tiveram dificuldades para participar e influenciar a construção do programa. Na Região 3, lideranças já haviam questionado pesquisas realizadas longe das áreas atingidas, a pouca presença nas comunidades rurais e perguntas consideradas distantes da realidade dos territórios.

“Instalam um totem (para responder ao diagnóstico) a 15 km do Paraopeba. Será que as pessoas na cidade sabem o que as pessoas da área rural passam? O que foi respondido na zona

rural? O que foi respondido no centro? O que foi respondido na poligonal?”, questiona Juliano Barbosa, de Fortuna de Minas.

Agora, o PEABP está na etapa de mobilização formativa, com oficinas que apresentam o programa e os resultados da consulta, levanta temas para as próximas ações e mobiliza a população para a elaboração dos projetos executivos.

Na Região 3, até 09/09, 19 oficinas haviam sido realizadas. Outras sete ainda não tinham data definida.

Para as pessoas atingidas, porém, participar não é apenas responder questionários ou comparecer a oficinas depois que decisões importantes já foram tomadas. A cobrança é para que as demandas e os modos de vida dos territórios tenham incidência real sobre o conteúdo e a execução do programa.

Verba liberada para projetos de saneamento

O juiz Murilo Sílvia de Abreu determinou a liberação de R\$ 339,9 milhões destinados à execução do “Saneamento Básico Universal nos Municípios Impactados”, no âmbito do Anexo 2.2 do Acordo de Reparação.

A decisão faz parte da conversão das medidas de compensação socioambiental previstas no Acordo, com obrigação de pagar pela Vale. Assim, os municípios ficarão responsáveis pela execução das obras de saneamento, que devem ser executadas preferencialmente nas comunidades atingidas. O BDMG é o agente financeiro responsável pela gestão dos recursos.

Foto: Marcos Oliveira

Anexo 2.2

Programa Produtor de Água entra em fase de detalhamento

Obrigação de fazer da Vale, no âmbito do Programa de Reparação Socioambiental, iniciativa é voltada à promoção da segurança hídrica

Na reunião mensal de auditoria socioambiental da AECOM, realizada no fim de agosto, foi informado que se encontra em fase de detalhamento pela Vale o Programa Produtor de Água, a ser implementado na porção alta do Paraopeba.

A iniciativa se dará no âmbito do Programa de Reparação Socioambiental (PRSA), que faz parte do Anexo 2.2 do Acordo de Reparação. Para o PRSA, que é uma obrigação de fazer da Vale, foram destinados cerca de R\$ 133 milhões (sem correção).

O que é um Programa Produtor de Água?

Programas Produtores de Água têm surgido em diversas regiões de bacias hidrográficas do Brasil, quase sempre sob in-

centivo do programa original, criado em 2001 pela Agência Nacional de Águas (ANA), órgão do Governo Federal. O propósito é apoiar projetos regionais de conservação de recursos hídricos em áreas rurais, estimulando produtores a prestar serviços ambientais de conservação de água e solo em suas propriedades. Em outras palavras, produtores rurais associados a um Programa Produtor de Água recebem dinheiro ou apoio técnico quando adotam práticas de conservação ambiental e produção de água limpa.

Em Minas Gerais, a Secretaria do Meio Ambiente (Semad), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF) são responsáveis pela gestão do Programa.

Por enquanto, só no papel

Não se sabe, ainda, os termos do projeto da Vale. Porém, a AECOM informa que a iniciativa se alinha com os Programas Produtores de Água da ANA e do governo do Estado de Minas Gerais, e que contemplará ações de restauração ambiental, conservação do solo e da água, saneamento rural, assistência técnica e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

A apresentação do Formulário de Detalhamento da Iniciativa (FDI) por parte da mineradora deve se dar apenas em dezembro de 2026. Até lá, a auditoria fará o acompanhamento periódico da evolução da iniciativa, incluindo a exigência de apresentação, nas próximas reuniões, do cronograma previsto para elaboração do FDI.

ERSHRE

Marcos Oliveira

Comunidades aguardam respostas sobre a Fase 1 dos estudos de saúde

Mais de um ano após contratação, empresa responsável pelos ERSHRE ainda se apresenta à Região 3

Informações das últimas reuniões com a AECOM, auditoria que acompanha a reparação socioambiental, indicaram que a ERM, empresa responsável pelos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), realizou 34 reuniões online para se apresentar à Região 3 da Bacia do Paraopeba.

Sobre os encontros, a auditora relatou que os trabalhos com a comunidade tradicional do Shopping da Minhoca precisarão seguir um protocolo de Consentimento e Consulta Livre, Prévia e Informada (CCLPI), em respeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), levando em consideração as particularidades e modos de vida da comunidade.

Além disso, a AECOM informou que a comunidade de Taquaras, em Esmeraldas, se autoidentificou como comunidade tradicional e que o município de Brumadinho começou a receber as respostas sobre a primeira fase dos ERSHRE, realizada pelo Grupo EPA até 2025.

Para Graziely Lima, da ATI Paraopeba Nacab, “os ERSHRE podem dizer se as pessoas

atingidas estão expostas a riscos ao entrarem em contato com a terra, a água e a poeira em seus territórios, assim como podem dizer se elas estão expostas a algum risco quando plantam, consomem pescado ou estão em contato com animais do território”.

A falta de informações conclusivas sobre os ERSHRE causa um sentimento de cansaço nas pessoas atingidas da Bacia do Paraopeba, diante da lenta condução do processo. Ainda assim, permanece a expectativa por seus resultados, pois as comunidades seguem expostas aos potenciais riscos de contaminação há mais de sete anos.

Em setembro, foram realizadas as primeiras ações presenciais na Região 3, com reuniões de apresentação no Quilombo da Pontinha, em Paraopeba, e nas comunidades quilombolas de Beira Córrego e Retiro dos Moreira, em Fortuna de Minas.

Acesse o portal da Auditoria Socioambiental



Limpeza do rio não avança e sofre com sequência de atrasos

O Trecho 1 do rio Paraopeba, que compreende os primeiros 3 km a partir do local do atingimento, teve sua dragagem dada como concluída, mas não encerrada, pois passa por um processo de redragagem. No Trecho 2 (entre 3 e 6 km), a limpeza ainda não começou, já que, entre 16 de julho e 15 de agosto, nenhum rejeito foi retirado. De acordo com a AECOM, foram priorizadas a abertura de canais e a remoção de sedimentos do fundo do rio para as margens, a fim de manter o trânsito das embarcações em um período de baixo nível de água. A ATI reforça a preocupação com a demora no início da dragagem do Trecho 2 e o risco de atrasos em cascata, que prejudicam a população atingida.

Justiça homologa estudo da UFMG sobre danos do rompimento

Decisão reconheceu a validade técnico-científica do Relatório Final do Subprojeto 03 e rejeitou as contestações da Vale

Em agosto, a Justiça homologou o Relatório Final do Subprojeto 03 do Projeto Brumadinho UFMG. O estudo, realizado em 19 municípios, identifica e caracteriza a população atingida pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, bem como os danos e suas intensidades.

Na decisão, o juiz Murilo Silvío de Abreu rejeitou todas as contestações apresentadas pela Vale, que alegou limitações de acesso à pesquisa, por parte da Universidade Federal de Lavras (UFLA), sua assistente técnica.

O juiz afirmou que o sigilo e o ambiente de confiança eram necessários para proteger as pessoas entrevistadas, e a presença da assistente técnica da Vale poderia influenciar as respostas e inibir relatos espontâneos, com risco de revitimização. Para o magistrado, o acesso aos relatórios parciais, à metodologia, ao questionário e aos resultados da pesquisa garantiu o direito de defesa da Vale.

A pesquisa é importante para auxiliar a Justiça na identificação dos danos do rompimento e sua extensão. Foram 30.674 entre-

vistas domiciliares, possibilitando projetar os impactos para aproximadamente 127 mil casas e 370 mil pessoas na Bacia do Paraopeba. Esta metodologia permite generalizações e teve sua validade técnico-científica reconhecida pela Justiça, tornando o Relatório Final do Subprojeto 03 capaz de instruir o Processo.

De acordo com a decisão, a pesquisa demonstra que os impactos têm diferentes dimensões e variam entre os territórios, de acordo com idade, sexo, renda, situação do domicílio (urbano ou rural) e outras características da população. Também podem ser imediatos ou se estender a médio e longo prazos.

“O estudo destaca relatos sobre problemas na qualidade e no uso das águas, no abastecimento, no acesso à saúde e o medo de contaminação dos produtos consumidos. Isso reforça que a reparação precisa considerar quais danos as pessoas sofreram, com que intensidade e por quanto tempo esses efeitos permanecem. Também é necessário observar como os danos se acu-

mulam”, afirmou Maria Eunice de Souza, da ATI Paraopeba Nacab.

As Instituições de Justiça pediram a ampliação da pesquisa para outros municípios atingidos e que não foram contemplados (inclusive Caetanópolis, onde fica o Shopping da Minhoca), mas como o Subprojeto 03 já foi concluído, o juiz determinou que as perícias nessas localidades integrem o processo da liquidação coletiva, relacionada às indenizações individuais.

“O estudo destaca problemas na qualidade e no uso das águas, no abastecimento, no acesso à saúde e o medo de contaminação dos produtos consumidos. Isso reforça que a reparação precisa considerar quais os danos sofridos, com que intensidade, por quanto tempo os efeitos permanecem e como os danos se acumulam

Maria Eunice de Souza
ATI Paraopeba Nacab

O QUE A JUSTIÇA DECIDIU A RESPEITO DO SUBPROJETO 03?

01 DEFESA DA VALE NEGADA

Rejeitou a alegação da Vale de que seu direito de defesa teria sido prejudicado e todas as contestações apresentadas pela empresa e sua assistente técnica

02 RELATÓRIO FINAL VALIDADO

Homologou o Relatório Final, reconhecendo sua validade técnico-científica e que ele pode ser utilizado para auxiliar a Justiça na análise do processo

03 ANÁLISE POSTERIOR

Determinou que o pedido de ampliação territorial do Subprojeto 03 seja apreciado na liquidação coletiva



Povos de Terreiro finalizam os primeiros cursos de capacitação

Formações fortalecem as iniciativas culturais e econômicas na Região 3



Os cursos profissionalizantes para Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), no âmbito do Anexo 1.3 do Acordo de Reparação, tiveram suas primeiras turmas finalizadas para os povos de terreiro. Em Esmeraldas, último município da Região 3 a começar as formações, foram concluídos os cursos de percussão e ritmos populares e de construção civil. Já em Paraopeba, foram realizados os cursos de informática, toque e percussão e cerâmica.

No terreiro Tenda Espírita Estrela de Aruanda, em Esmeraldas, a formação de percussão e ritmos, ministrada pelo professor Bruno Batista, contou com exercícios e dinâmicas rítmicas junto a contextos e fundamentos culturais da música popular brasileira. Foram abordados ritmos e toques de terreiro, como o ijexá e o maracatu, através de instrumentos como alfaia, xexerês, triângulo e berimbau.

“A Tenda é uma das quatro casas atingidas pelo crime-desastre da Vale em Esmeraldas”, lembra

Patrick Evangelista, liderança da casa, para quem a formatura foi um dia de felicitação: “nós entendemos que o que aconteceu aqui não foi por livre e espontânea vontade, mas por pressão, é uma reparação, nós esperamos ansiosos por longos três anos por esse momento(...) mas esse curso é importante também para que as pessoas vejam que é possível renascer.”

“Nós entendemos que o que aconteceu aqui não foi por livre e espontânea vontade, mas por pressão, é uma reparação, nós esperamos ansiosos por longos três anos por esse momento

Patrick Evangelista
Tenda Espírita Estrela de Aruanda

O curso de construção civil durou cinco meses e teve duas turmas, nos terreiros de Candomblé Sanzala Kazembe Kia Mawanju e N'zo Atim Kimbé Loyá. Atendeu os frequentadores das casas e pessoas das comunidades.

“A primeira coisa que a gente aprendeu nesse curso foi que o coletivo faz a força, a gente aprendeu a levantar parede, aprendeu a fazer um arrimo(...) ações como esse curso são muito importantes porque está dando dignidade da gente continuar a nossa ancestralidade(...) esse curso ajuda a comunidade a ter uma direção aonde ir, o que fazer, hoje formamos pessoas capacitadas a atuar na construção civil, caso desejarem”, pontua Mãe Gleiciane, do terreiro Sanzala Kazembe Kia Mawanju.

■ Em breve, mais formandos

Em Paraopeba, a formação de agente cultural no Terreiro Oxóssi Sultão das Matas encerrou em setembro, e a de corte e costura no Terreiro Aldeia das Folhas Tenda Pai Julião das Almas termina em novembro. Ainda terão continuidade as formações para os PCTs da Região 3, com os cursos de piscicultura, gastronomia, agente e assistente administrativo, auxiliar de cozinha, oratória e informática.

Vinte e quatro municípios aguardam autorização do juiz para iniciar o Centro de Atendimento à Mulher

Há cinco anos mulheres vítimas de violência aguardam atendimento especializado na Bacia do Paraopeba

Os 24 municípios da Bacia do Paraopeba que aderiram ao projeto de criação dos Centros de Referência de Atendimento Especializado no Atendimento à Mulher (CREAMs) aguardam o repasse dos cerca de R\$ 1,5 milhão previstos para sua implementação. O Termo de Compromisso foi assinado pelos municípios no dia 02 de junho, na sede do Ministério Público de Minas Gerais.

Os CREAMs vão oferecer acolhimento psicológico, social e jurídico para mulheres em situação de violência, incluindo atendimento itinerante.

A implementação dos CREAMs faz parte do Anexo 1.3 do Acordo de Reparação, assinado em 2021 entre Governo de Minas, Vale e Instituições de Justiça.

■ Mais de 5 anos sem proteção

Ainda em março de 2021, o Nacab publicou uma edição do boletim Mobilização sobre os impactos e danos vividos pelas mulheres atingidas da Região 3 do Paraopeba. Mais de cinco anos depois daquele alerta, essas mulheres continuam aguardando a implementação

de uma medida para o enfrentamento da violência de gênero.

Confira os municípios da Região 3 que receberão os CREAMs:

Caetanópolis, Esmeraldas, Florestal, Maravilhas, Papagaios, Pará de Minas, Paraopeba, Pequi e São José da Varginha.

Escaneie o QR Code e acesse o Mobilização



Quilombo da Pontinha: comunidade unida na luta pela reparação

Iniciativas apoiadas pelo Nacab movimentam a cultura e a economia local

Com uma agenda que reúne celebrações culturais, formação em direitos e iniciativas agroecológicas, o Quilombo da Pontinha, em Paraopeba, tem se consolidado como uma referência de organização comunitária na Baía do Paraopeba.

Localizada na zona rural de Paraopeba, a 15 quilômetros da área urbana, a comunidade realizou, nos últimos meses, uma série de eventos que colocam em foco a identidade quilombola, a economia solidária e fortalecem a luta pela reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem da Vale, em 2019.

■ Cultura e tradição

No dia 20/09, a comunidade realizou a Cavalcada da Independência. Idealizada por Ênio Clécio, vice-presidente da Associação Comunitária Quilombola da Pontinha, a cavalcada teve o apoio do Nacab e incluiu música ao vivo e gastronomia, com encerramento na Praça Central da Pontinha.

Para Ênio, a iniciativa tem papel importante no resgate da memória, das tradições e da identidade

de cultural do quilombo: “essa Cavalcada da Independência vem num momento crucial em que a gente está resgatando as culturas da comunidade quilombola da Pontinha. No passado já existiam cavalgadas aqui e, com o tempo, fomos perdendo as tradições”, relata. Segundo ele, o evento reuniu cerca de mil pessoas na praça.

“**No passado já existiam cavalgadas aqui e, com o tempo, fomos perdendo as tradições**”

Ênio Clécio
Vice-presidente da
Associação Comunitária
Quilombola da Pontinha

Nos dias 12 e 13/09, foi realizado o 3º Samba de Quilombo da Pontinha, organizado pelo Coral Vozes do Quilombo Pontinha e também apoiado pelo Nacab. Com o lema “Samba e feijão, Quilombo e coração”, o festival teve apresentações de diversos grupos musicais da região.

Em 22 e 23/08, a Pontinha sediou o Festival Pontinha de Sabor, que inaugurou oficialmente a agroindústria de mesmo nome e contou com feira de produtos locais e apresentações musicais.



Mulheres do Coral Vozes do Quilombo Pontinha

■ Formação e direitos

A formação política também tem ocupado lugar central na agenda da comunidade. Em agosto, Pontinha recebeu a 2ª Roda de Saberes - Direitos Humanos e Enfrentamento à Mineração, com formações sobre Patrimônio Cultural e Direitos Humanos, além do 4º intercâmbio do projeto Teia Agroecológica de Mulheres, no dia 28/07, em parceria com a ATI Paraopeba Nacab.

■ Resistência coletiva

A experiência do Quilombo da Pontinha mostra que a luta por reparação também se constrói por meio da cultura e que comunidade e território são dimensões inseparáveis desse processo. Ao valorizar saberes tradicionais, fortalecer a produção agroecológica e investir na formação em direitos, os moradores reafirmam sua identidade quilombola e constroem coletivamente caminhos de autonomia, justiça e reparação.



Cavalcada da Independência reuniu cerca de mil pessoas na praça em Pontinha